



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001747-09.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **ROGERIO WILLIAM FIRMINO**
Requerido: **Ns2.com.internet.ltda (netshoes.com.br)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido um produto através do site da ré o qual lhe foi entregue com numeração diferente da qual adquirida, razão pela qual cancelou devolveu o produto para à ré.

Alegou, contudo, que a ré não lhe devolveu o valor pago pelo produto.

Como o impasse não foi resolvido, almeja à restituição do valor pago.

A ré em contestação ressaltou que não teve êxito em contatar o autor para concretizar a devolução do valor ou a entrega de outro produto.

Todavia, não se apurou com precisão que a ré se tivesse valido de outras cautelas para efetivamente estornar o valor total da compra,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

porquanto.

Nesse contexto, reputando que a ré não se desincumbiu minimamente do ônus de demonstrar que efetivamente diligenciou junto ao agente financeiro a devolução da quantia paga pelo autor, conclui-se portanto que isso não teve vez.

O ônus a esse respeito tocava à ré, na esteira do art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil, mas ela não se desincumbiu do mesmo.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, tendo em vista que sob qualquer ângulo de análise a devolução pleiteada pelo autor é imprescindível para a restituição das partes ao status quo ante.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$159,72, acrescida de correção monetária, a partir de outubro de 2017 (época da realização da compra), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 07 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**